

Marxismo Queer para tensionar as Relações Internacionais

KELVIN ARAÚJO DA NÓBREGA DIAS

RESUMO: Como o Marxismo Queer pode robustecer a disciplina de Relações Internacionais? Por que não há uma Teoria Internacional Queer Marxista? Este artigo explora as potencialidades desta vertente para a ciência internacionalista. Então, problematiza-se a família como pilar do heteropatriarcado capitalista, bem como o uso imperialista dos direitos humanos em retóricas de política externa. A originalidade desta pesquisa está em servir como texto fundacional para uma teoria queer marxista de RI.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Imperialismo. Marxismo Queer. Teoria das Relações Internacionais. Teoria Crítica.



Queer Marxism to strain International Relations

ABSTRACT: How can Queer Marxism strengthen the discipline of International Relations? Why is there no Queer Marxist International Theory? This article explores the potential of this approach for internationalist science. It then problematizes the family as a pillar of capitalist heteropatriarchy, as well as the imperialist use of human rights in foreign policy rhetoric. The originality of this research lies in serving as a foundational text for a queer Marxist theory of IR.

KEYWORDS: Family. Imperialism. Queer Marxism. International Relations Theory. Critical Theory.

KELVIN ARAÚJO DA NÓBREGA DIAS

Doutorando em Sociologia pela
UFPE e Mestre (2024) em Relações
Internacionais pela UEPB.
E-mail: kelvinkand@gmail.com

DATA DE ENVIO: 14/11/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 12/03/2025

1 Introdução

A teoria marxista e o pensamento queer emergiram como abordagens críticas nas Ciências Sociais, questionando a suposta imutabilidade das estruturas de poder e normatividades historicamente enraizadas. No entanto, apesar de sua afinidade potencial em contestar hierarquias sociais e explorar relações de poder, o campo das Relações Internacionais (RI) ainda carece de uma abordagem que integre ambas as perspectivas. Então, surge a questão: Como o Marxismo Queer pode robustecer a disciplina de RI? Este artigo tem como objetivo explorar as potencialidades do Marxismo Queer para a análise crítica das dinâmicas globais, que transcenda as fronteiras estabelecidas tanto pela ortodoxia marxista quanto pela teoria queer pós-estruturalista.

Nos últimos anos, o Marxismo Queer expandiu-se globalmente, gerando análises sobre processos políticos fundamentais acerca do mundo. No entanto, mesmo com esta conjunção entre teorias queers e marxistas, a disciplina de RI permanece carente de uma teorização desta corrente. Para ecoar de forma provocativa as perguntas de Martin Wight (1960) e Cynthia Weber (2015): por que não há uma Teoria Internacional Queer Marxista?

Além desta introdução e das conclusões, este artigo é estruturado em duas seções que delineiam os caminhos pelos quais o Marxismo Queer pode oferecer novas lentes para as RI. Primeiramente, apresenta-se o Marxismo Queer ao discutir a centralidade da família na manutenção da heterossexualidade como regime político normativo. Essa estrutura revela-se primordial na organização da sociedade e do Estado. A família, longe de ser uma esfera privada e apolítica, é basilar na reprodução das hierarquias capitalistas e da marginalização queer a nível global. Em seguida, explora-se a relação entre imperialismo no capitalismo tardio e a instrumentalização dos direitos humanos (inclusive de questões LGBTQIA+) em retóricas de política externa como justificativa para intervenções, guerras e genocídios.

Este artigo, portanto, não esgotará os temas propostos, mas fomenta um campo de investigação que desafia as limitações tanto do marxismo tradicional quanto das teorias queer pós-modernas, propondo um novo horizonte teórico para as RI. Espera-se

contribuir para a construção de uma crítica radical que integre questões de gênero, sexualidade, raça e classe nas análises das políticas nacional e internacional.

Embora os estudos queer sejam regularmente associados ao pós-estruturalismo, a teoria queer em si não possui uma definição unívoca nem uma metodologia fixa. O termo “queer” refere-se às dissidências de gênero e sexualidade, sendo, destarte, uma área de análise que questiona normatividades e explora múltiplas formas de existência fora dos padrões hegemônicos da heterossexualidade ocidental. A leitura crítica da sexualidade pode e deve ser trabalhada por diferentes escolas de pensamento e métodos filosóficos, permitindo abordagens diversas – desde as influências pós-estruturalistas, focadas nas construções discursivas e nas relações de poder, até leituras materialistas que examinam as condições sociais e econômicas que sustentam essas normatividades.

2 Marxismo Queer e a família como o pivô do heteropatriarcado

2.1 Genealogia marxista queer: materialismo e dissidência sexual

O Marxismo Queer é uma corrente que surge da interação entre as teorias marxista e queer, voltada para analisar a sexualidade e integrar as dimensões de gênero e opressão sexual ao marxismo. Nesta seara, por meio de uma abordagem materialista das identidades sexuais, questões como a cultura, educação e o conhecimento, bem como a construção social e imposição dos papéis de gênero, além da influência das estruturas de poder sobre a ciência no capitalismo, que não é neutra, são discutidas de forma central (Abreu; Castro, 2019; Rebucini, 2019; Falquet, 2019; Noyé, 2019; Arruzza, 2019).

Conforme Drucker (2017), o Marxismo Queer constrói uma teoria que combina conceitos marxistas como classe, reificação e totalidade com ideias de outras teorizações, como performatividade, homonacionalismo e interseccionalidade. Suas origens remontam ao apoio da socialdemocracia alemã ao Comitê Científico-Humanitário e à descriminalização da homossexualidade pelos

bolcheviques russos, com figuras como Alexandra Kollontai rejeitando a repressão anti-homossexual na década de 1920. Na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, o enfraquecimento do stalinismo abriu espaço para a interação entre movimentos marxistas e gays, especialmente na Nicarágua, Brasil e México. A partir dos anos 1960, a Nova Esquerda e os movimentos de libertação lésbica/gay impulsionaram uma política marxista de dissidência sexual, com destaques como Mario Mieli (2023) e David Fernbach (1981). Nos anos 1990, Leslie Feinberg (1998) contribuiu para a libertação trans. Autores como Herbert Marcuse (1966), John D'Emilio (1983) e Rosemary Hennessy (1994) também pavimentaram a análise sexual no marxismo, explorando questões de gênero e identidade antes da consolidação do Marxismo Queer no século XXI (Drucker, 2017).

A ascensão dos estudos queer, especialmente nas universidades norte-americanas, fomentou uma produção marxista queer notável, com autores como Alan Sears (2000; 2005), Kevin Floyd (1998; 2006; 2009), Peter Drucker (2010; 2014; 2015) e Holly Lewis (2016). Também houve contribuições significativas do taiwanês Petrus Liu (2015; 2020). Os marxistas queer rejeitam o reducionismo econômico, valorizando o legado das teóricas feministas marxistas. Alguns conceitos pós-estruturalistas, como performatividade, são vistos criticamente; com isto, os marxistas queer propõem historicizá-los. Outrossim, abraçam a análise interseccional, focando nas lutas trans e problematizando o racismo e imperialismo, com base no conceito de homonacionalismo de Jasbir Puar (2007). Tudo isso enquanto a importância da classe é suscitada, buscando integrar e compreender todas as opressões de forma interconectada, sem hierarquizá-las (Drucker, 2017).

Portanto, as lutas de gênero e sexualidade são indispensáveis, mas devem ser entendidas no cenário das relações econômicas e das transformações no modo de produção, sem reduzir o papel das estruturas de classe, mas também sem hierarquizar as opressões. Cada uma delas precisa ser reconhecida em sua urgência, sem que nenhuma seja subordinada à outra.

Butler (2021), ao comentar o Marxismo Queer, argumenta que a subjugação das mulheres dentro da família e seu status como

não assalariadas, ou como trabalhadoras exploradas no âmbito doméstico, foram fundamentais para as análises de Engels e Marx, além de servirem de base para a tradição do feminismo socialista subsequente. Contudo, a pressuposição da norma é de que a família é composta por um casal heterossexual, unido pelo matrimônio, que gera e cuida de filhos sob sua responsabilidade. Essa estrutura é considerada central para a reprodução social, pois sustenta a ideia de que a família, ao reproduzir trabalhadores, também reproduz gêneros e hierarquias de gênero, com as mulheres realizando trabalho doméstico não remunerado. O Marxismo Queer parte da premissa de que o capitalismo depende da estrutura familiar para se perpetuar, uma vez que a família é responsável pela reprodução material da força de trabalho. No entanto, essa concepção de família, que o discurso conservador defende, está centrada na defesa da família heterossexual, monogâmica e reprodutiva.

Sob essa lógica, a família é responsável por absorver o trabalho de cuidado que deveria ser uma função do Estado, como a provisão de saúde, educação e abrigo. À medida que o Estado privatiza ou terceiriza serviços essenciais, o ônus desse cuidado recai cada vez mais sobre as famílias, o que reforça a exploração das mulheres, que continuam realizando trabalho não remunerado em nome da “reprodução material da vida”. Além disso, Butler (2021) pontua que essa noção de família é profundamente marcada por valores de branquitude e classe média, fundada na propriedade e no privilégio masculino. Essa instituição delimita os papéis de gênero e as possibilidades de orientação sexual dentro de seus limites normativos. Indivíduos que não se conformam a esses padrões heteronormativos – ou que não encontram no espaço doméstico um ambiente seguro devido à violência, restrições ou opressão de gênero e sexualidade – são frequentemente expulsos desse modelo familiar. Essas pessoas, muitas vezes, acabam desamparadas, sem o apoio familiar, sendo marginalizadas ao ponto de enfrentarem situações de precariedade extrema. No contexto capitalista, essa marginalização se agrava, pois aqueles que são despejados ou exilados de suas famílias não têm acesso a direitos básicos como moradia e saúde. Ao serem excluídos, tornam-se parte de uma população precarizada que, embora não corresponda à figura

tradicional do proletariado, enfrenta formas intensas de exploração. Para Butler, o conceito de “precarizados” pode ser uma categoria mais adequada para descrever essa vasta população vulnerável, que inclui imigrantes, indígenas e outros grupos abandonados pelo Estado à medida que este prioriza a acumulação capitalista e o enriquecimento das elites.

Federici (2017) argumenta que a consolidação do capitalismo nos séculos XVI e XVII na Europa precisou de medidas estatais para garantir o aumento populacional, essencial para a força de trabalho necessária nas indústrias emergentes. Essas políticas incluíam repressão e punição às mulheres que buscavam autonomia reprodutiva. Nessa conjuntura, conforme Farris (2015), a família nuclear foi estabelecida como peça central para a reprodução da força de trabalho, sob a supervisão do Estado-nação, enquanto o capitalismo se consolidava como o sistema econômico dominante no Ocidente, alinhando interesses estatais e capitalistas para manter a produção e controle social.

No final do século XIX, o surgimento de sexualidades fixas, como identidades e não práticas/comportamentos, foi impulsionado pelas demandas materiais do capitalismo industrial. A necessidade de reproduzir e manter a força de trabalho de forma econômica levou à legitimação ideológica da família nuclear, reforçando papéis de gênero “naturais” e controlando a sexualidade. Essas transformações materiais moldaram a ideologia da classe dominante, que passou a regulamentar a vida sexual como forma de sustentar o sistema capitalista (Wolf, 2021).

A família, nessa conjuntura, funciona como um mecanismo que perpetua a divisão sexual do trabalho, a reprodução da força de trabalho e a manutenção das hierarquias de gênero. Dessa forma, o Marxismo Queer denuncia a heterossexualidade compulsória e a normalização da família nuclear enquanto forma de organização social, identificando-os como parte do aparato que sustenta o sistema capitalista. Para Engels (1986), a primeira oposição de classes na história surgiu com o desenvolvimento da família monogâmica, quando se estabeleceu o antagonismo entre homem e mulher, e que a primeira forma de opressão de classe foi a submissão das mulheres pelos homens.

O termo “família” tem sua raiz etimológica no latim *famulus*, que se refere a um escravo doméstico. Nesse sentido, a família era composta pelos escravos que pertenciam e dependiam de uma configuração patriarcal, um chefe ou senhor. Notadamente, a estrutura da família nas antigas Grécia e Roma seguia esse padrão, sendo constituída por um patriarca e seus *famulus*, que englobavam esposa, filhos, servos livres e escravos (Engels, 1986).

Utilizando o materialismo histórico-dialético, o Marxismo Queer critica a política de identidade, rejeitando a visão de gênero e sexualidade como essências fixas e tratando-os como fenômenos sociais vinculados às estruturas de poder e condições materiais de cada época. Para Lewis (2016), a política de identidade, ao priorizar afirmação individual, reforça categorias binárias e hierarquias, promovendo a fragmentação de lutas ao invés de tornar a identidade obsoleta. Embora reivindique direitos das minorias, a política de identidade tende a negligenciar questões econômicas e estruturais, ao focar na subjetividade e discurso como principais fatores de opressão. No lugar de ver a heteronormatividade como produto da organização material em classes, a política de identidade a trata como um sistema autônomo, independente do capitalismo, limitando o radicalismo queer ao campo ético/individual e afastando-o das lutas contra a exploração capitalista e opressão racial. Esse reforço ignora que a raiz do problema está na naturalização dos regimes de diferenciação social e na necessidade de reivindicar uma identidade. Lewis (2016) defende que a luta pela igualdade não deve se limitar à política de identidade, pois ela reiteradamente busca inclusão sem desafiar as bases sociais e econômicas. A demanda por direitos LGBTQIA+ no casamento e na família, amplamente presente nos meios de comunicação dominantes, representa uma assimilação neoliberal. Trata-se de uma armadilha, já que o casamento reflete a demanda do capitalismo de privatização do cuidado social dentro da estrutura familiar – que, por sua vez, é a principal instituição reguladora de papéis de gênero e sexualidade.

Rebutini (2019) pontua que a virada econômica e material nos estudos queer vislumbra superar a separação entre as esferas política, econômica, subjetiva e cultural nos estudos queer. Isto

fomentou o Marxismo Queer, no qual há o entendimento de que opressões de gênero e sexualidade não são “meramente culturais” (Butler, 1997), mas enraizadas nas relações de produção capitalistas, sendo assim, também, lutas econômicas.

As relações de produção referem-se à forma como a sociedade estrutura a produção, distribuição e troca de bens e serviços, bem como as interações sociais que surgem desse processo, incluindo quem controla os recursos e quem se beneficia deles. No marxismo, essas relações são fundamentais para entender o capitalismo, pois dizem respeito à estrutura de poder que define quem possui os meios de produção (como terras, fábricas e tecnologias) e quem trabalha para esses proprietários. A divisão social resultante dessas relações constitui o alicerce das dinâmicas sociais em uma sociedade. Neste raciocínio, o materialismo lésbico de Wittig (2022), precursora da teoria queer, critica a naturalização das diferenças sexuais, argumentando que as categorias “homem” e “mulher” são construções políticas vinculadas à imposição da heterossexualidade como sistema. Gays e lésbicas, neste contexto, não são vistas como homens e mulheres “de verdade”.

O materialismo, em sentido amplo, busca entender a realidade a partir de sua base concreta, considerando que a existência material é o ponto de partida para o desenvolvimento de ideias, valores e relações sociais (Marx; Engels, 2007). É um erro corriqueiro, inclusive entre marxistas, tratar “material” como sinônimo de “econômico”. Para essa abordagem, a realidade concreta molda a consciência, ou seja, as condições materiais de existência precedem a formação de conceitos e essências abstratas. No materialismo, as estruturas sociais não são vistas como fixas, mas como construções que determinam a essência das coisas. Isso significa que as formas em que a sociedade se organiza para produzir e reproduzir a vida influenciam fortemente a maneira como pensamos e nos relacionamos. Então, as condições materiais englobam não só a economia formal (trabalho, indústria, comércio), mas também aspectos ligados à reprodução social, como a vida familiar e os vínculos afetivos (Federici, 2017; Vogel, 2022; Fraser, 2024). A organização da produção e distribuição de bens, a capacidade tecnológica e territorial, a geografia, o meio

ambiente e as relações de poder entre proprietários e trabalhadores constituem a base material sobre a qual a sociedade se estrutura (Marx, 2013). Em resumo, o materialismo coloca as condições concretas de existência – e não ideias abstratas, valores, espiritualidade ou a linguagem – como o que molda a sociedade e as relações humanas.

Floyd (2009) defende a integração da teoria queer com a teoria marxista para criar uma perspectiva na qual o marxismo possa explorar dimensões históricas e sociais que a teoria queer ilumina, mas que o marxismo tradicional constantemente negligencia. Para o autor, essa combinação exige uma reinterpretação radical do pensamento marxista, especialmente dos conceitos de totalidade e reificação. Segundo Floyd, a reificação revela como as relações sociais capitalistas são mistificadas, enquanto a totalidade fornece uma visão crítica que compreende essas relações de forma integrada. Além de uma ilusão subjetiva, a reificação é um processo histórico e social que transforma diferenciações sociais em formas de dominação.

Relacionando estes conceitos, Floyd (2009) propõe uma abordagem metodológica para entender como o capital simultaneamente unifica e diferencia internamente as relações sociais. O capitalismo é marcado pela coexistência de processos sociais que, ao mesmo tempo, se contradizem: de um lado, há a tendência expansiva do capital em criar uma certa homogeneidade em escala global; de outro, há uma diferenciação interna que gera profundas desigualdades sociais e exploração dentro desse quadro geral. Assim, o capitalismo se define por uma constante tensão entre o todo e suas partes, evidenciando que as desigualdades internas só podem ser compreendidas em relação ao conjunto maior (unidade simultânea), e esse conjunto, por sua vez, só faz sentido quando considerado em relação às suas partes diferenciadas (diferenciação interna). Isso também permite situar a normalização sexual e a crítica queer dentro do contexto mais amplo dos processos capitalistas.

O entendimento de Floyd (2009) é baseado na tradição da Escola de Frankfurt, especialmente nos trabalhos de Lukács (1972), Adorno (2009) e Marcuse (1964), nos quais a totalidade e a

reificação estão interligadas como elementos dialéticos. A reificação, como sugerido por Horkheimer e Adorno (1993), é um esquecimento, ou seja, uma forma de alienação capitalista que transforma relações sociais em relações entre coisas, refletindo sua mercantilização.

Embora a interseccionalidade tenha contribuído para a visibilização das múltiplas opressões que afetam sujeitas subalternizadas, Farris (2015) e Lewis (2016) argumentam que sua aplicação, sobretudo a epistemologicamente pós-estruturalista, constantemente falha em abordar as raízes materiais dessas opressões. Para Farris (2015), o Estado-nação atua tanto nas políticas de migração quanto na definição dos direitos e da cidadania dos refugiados e imigrantes, uma vez que é responsável por regulamentar o fluxo de pessoas e determinar quem pode ingressar no país. O nacionalismo é essencial na construção dos Estados-nação e, muitas vezes, está entrelaçado com o racismo. A definição de quem é “nacional” regularmente se baseia em características raciais e étnicas. A opressão de gênero, raça e classe é uma parte intrínseca da exploração e precariedade do trabalho de migrantes, bem como para as pessoas não-brancas e mulheres na sociedade capitalista.

Lewis (2016) argumenta que a opressão não ocorre de forma isolada, mas sempre condicionada por outras relações sociais, lembrando que as lutas são interdependentes. A noção de que raça, gênero, religião e nação não são coisas que acontecem a indivíduos, mas relações sociais moldadas pelo capitalismo, procura desnaturalizar identidades, tratando-as não como dinâmicas isoladas, mas como marcadores sociais interligados à exploração de classe. Entende-se que as opressões são construções decorrentes dos regimes de diferença, ilustrando isso, a raça surge como consequência do racismo, e não o contrário.

Farris (2015) sugere recentrar as análises de dominação considerando o papel da acumulação capitalista e do Estado-nação na gestão das opressões. Nesse sentido, gênero e raça são compreendidos como pré-condições para a exploração de classe, e não meras consequências da acumulação capitalista. A divisão sexual e racial do trabalho está nas relações de produção que sustentam o sistema internacional contemporâneo, pois o capitalismo,

historicamente, não é um sistema indiferente às opressões nos Estados modernos em que atua. Esse argumento materialista é reforçado nas reflexões da teoria crítica, do feminismo marxista e do Marxismo Queer, representando um endosso à lógica apresentada em *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis (2016).

O raciocínio supracitado coaduna os princípios da teoria unitária (Arruzza, 2015; Vogel, 2022), defendida por feministas marxistas. Entende-se que as opressões são sustentáculos de um mesmo sistema, isto é, não resulta de sistemas distintos, mas se incorporou à sociedade capitalista por meio de um longo processo histórico que transformou configurações anteriores de organização social. A partir dessa perspectiva, a integração entre produção e reprodução compreende a opressão de gênero e raça nas sociedades capitalistas tanto como heranças de formações pré-capitalistas, que foram remodeladas pelo capitalismo, quanto como elementos necessários ao funcionamento do próprio capitalismo.

2.2 Pedagogia do estranhamento marxista para as Relações Internacionais

A ausência de uma Teoria Internacional Marxista Queer reverbera uma lacuna nas RI que pode ser compreendida à luz dos questionamentos de Wight (1960) e Weber (2015) sobre a exclusão de perspectivas teóricas. Wight argumentava que a política internacional é estruturalmente diferente da política doméstica, sendo mais anárquica e focada na sobrevivência, o que dificulta o desenvolvimento de uma teoria unificada. Weber, por sua vez, adaptou essa crítica para questionar a falta de uma Teoria Internacional Queer, mostrando como o campo das RI tende a homologizar, marginalizar e gentrificar teorias que desafiam suas normas tradicionais, tratando-as como não pertencentes ao campo ou inadequadas para o núcleo disciplinar. Kinsman (2004) propôs estranhar (“queerzar”) o materialismo histórico, o mesmo deve ser feito com as RI.

A disciplina de RI é frequentemente criticada por sua tendência normativa e conservadora, priorizando abordagens que reforçam o sistema de Estados soberanos e a ordem capitalista global, como

aponta Cox (1981). Esse viés institucional reflete uma resistência a perspectivas críticas que poderiam desestabilizar os alicerces teóricos tradicionais do campo. A ausência do Marxismo Queer nas RI evidencia uma barreira à incorporação de teorias que questionam a família, o capitalismo, a soberania estatal e as hierarquias sociais estabelecidas.

Wilcox (2014) argumenta que estranhar as RI se trata de questionar as fundações epistemológicas que sustentam as estruturas de poder globais, indo além de apenas discutir gênero e sexualidade na disciplina. Isso sugere que a disciplina ignora as dinâmicas sexuais e de gênero que permeiam essas relações. A formação histórica do Estado moderno consolidou a família heteropatriarcal como núcleo socioeconômico essencial, estruturando o controle sobre relações sexuais, reprodução social e a herança de bens e cidadania (Stevens, 1999; Peterson, 2014). Essa base heteropatriarcal sustenta desigualdades que atravessam gênero e sexualidade, bem como classe, raça, etnia e nacionalidade. Isto contrasta com as abordagens tradicionais de Ciência Política e Relações Internacionais, que continuamente deixam de reconhecer como o Estado é moldado pelo heteropatriarcado.

Van Milders (2024) explora como as RI, ao se posicionarem como uma disciplina supostamente pós-racial e pós-colonial, na verdade perpetuam uma ideologia de estupidez. Esse regime consiste em uma recusa institucional em confrontar as ramificações contínuas do racismo e do colonialismo no estudo das relações globais. A ideia de “estupidez”, nesse caso, refere-se à tendência das RI de absorver ou neutralizar críticas radicais, como as trazidas por teorias queer e decoloniais, esvaziando seu potencial transformador. Isso resulta em um campo que gentrifica e exclui epistemologias subversivas. Nesta linha de pensamento, Tickner (1997) denuncia que a tradição das RI prioriza uma visão positivista e estatal das relações internacionais, conflitando com perspectivas feministas, que são mais voltadas para relações sociais e as desigualdades estruturais que permeiam a política global.

Embora gênero e raça sejam categorias de análise consolidadas nas Ciências Sociais, essas questões ainda não receberam a mesma atenção no campo das RI. Estudos críticos e pós-coloniais

vêm tentando preencher essa lacuna ao introduzir análises que consideram como o racismo, a colonialidade e a heteronormatividade estruturam o sistema internacional. Contudo, essas perspectivas ainda são marginalizadas pelos programas de pós-graduação tradicionais em Ciência Política e Relações Internacionais, nos quais o foco majoritário permanece em paradigmas convencionais como o realismo e o liberalismo. A ausência de linhas de pesquisa dedicadas a gênero, raça e sexualidade demonstra um problema estrutural: a disciplina, historicamente dominada por abordagens eurocêntricas e patriarcais (Kayaoglu, 2010), tem sido lenta em adotar abordagens que desafiem suas premissas fundacionais. Mesmo quando presentes, essas abordagens críticas não raramente permanecem confinadas a nichos.

O Marxismo Queer expande essas críticas ao focar nos cruzamentos de gênero com classe, raça, migração, nacionalismo e família na política internacional. Considerando que se trata de uma teoria desenvolvida no início do século XXI, a ausência de uma teorização internacionalista queer marxista reflete as barreiras epistemológicas nas RI. O pensamento marxista, com sua crítica classista ao capitalismo e ao imperialismo, aliado aos estudos queer, que desafiam normas de gênero e sexualidade, tem sido marginalizado nesse campo, que historicamente priorizou abordagens positivistas. Destarte, a ausência do Marxismo Queer nas discussões de RI revela uma lacuna ideológica que permeia este domínio, tanto em termos metodológicos e epistemológicos quanto ontológicos.

Não se trata apenas de “como” se faz ciência (metodologia) ou de “o que” é considerado conhecimento válido (epistemologia), mas também de “quem” e “o que” são reconhecidos como partes constitutivas da realidade internacional (ontologia). As análises clássicas de RI frequentemente ignoram a centralidade da acumulação capitalista como motor de muitos conflitos armados, negligenciando que as guerras são extremamente lucrativas para as classes dominantes. Do ponto de vista marxista, as guerras não são apenas disputas por poder político ou por segurança estatal, mas também por acesso a recursos, novos mercados e mão de obra barata, todos essenciais para a expansão do capital.

Esse entendimento sobre lucro e militarização foi extensivamente desenvolvido por Davis (2018) em relação ao complexo industrial-prisional. O mercado de segurança envolve uma combinação de forças armadas, indústrias de defesa e empresas de segurança privada, e sua influência é global, afetando tanto a dinâmica interna dos países quanto as relações internacionais. O marxismo, e por extensão o Marxismo Queer, oferece uma perspectiva que vê o capitalismo como uma força motriz por trás das interações globais. Isso implica que, em vez de se concentrar apenas na competição entre Estados, a análise se volta para como o sistema capitalista global gera desigualdades, cria condições para conflitos e molda as políticas externas estatais, ditando quem é digno de pertencer à nação.

A ontologia predominante nas RI costuma se basear em categorias fixas, como Estados, soberania e segurança, sem dar espaço para outras formas de existência que o Marxismo Queer poderia impulsionar, como identidades dissidentes, coletividades não-estatais e relações sociais que vão além das estruturas capitalistas e heteronormativas. A dissidência sexual, com frequência, está diretamente ligada à falta de pertencimento à família e à nação – uma pátria que depende do nacionalismo para a competição entre Estados sob o capitalismo (Davidson, 2008), e que, corriqueiramente, se apoia na masculinidade heterossexual (Curiel, 2013) fundamentada em critérios racistas de pertencimento.

Dentre as possibilidades da contribuição marxista sobre sexualidade para as RI, destaca-se a análise das formas pelas quais o capitalismo global mantém suas hierarquias de poder, mesmo diante de aparentes avanços democráticos. Altman (2012) observa que, apesar da revogação das restrições legais relacionadas à homossexualidade na maioria dos países ocidentais, o preconceito moral persiste. Em consonância com esse ponto, Wallerstein (1996) afirma que, diante da disseminação de valores democráticos, as classes dominantes reagiram com a construção de uma geocultura que preserva o capitalismo global. Esse modelo de geocultura é marcado pelo universalismo, racismo e sexismo, e a perpetuação dessas opressões não ocorre necessariamente por meios legais, mas de forma sutil e insidiosa. O ataque contínuo

aos direitos da comunidade LGBTQIA+, especialmente no que diz respeito ao casamento e à família, é um reflexo dessa dinâmica. A defesa de um modelo familiar conservador, ainda que legalmente contestada, revela a essencialidade dessas instituições enquanto ferramentas de manutenção da heterossexualidade e do capitalismo. Esse argumento implica que as hierarquias de poder precisam ser preservadas para garantir o funcionamento do capitalismo, já que a divisão do trabalho nesse sistema depende das divisões de gênero e raça, e exige a exploração da força de trabalho barata em busca da maximização do lucro.

Outro paradigma para as RI é pensar a família e a marginalização de minorias sexuais nos estudos de segurança e política externa. Adams (2004) discute como as rápidas transformações sociais e econômicas, em um contexto de Guerra Fria e repressão às pessoas queer no Canadá, incentivaram a formação de famílias nucleares patriarcais centradas no modelo heterossexual. Segundo a autora, havia um esforço significativo para moldar “bons cidadãos morais” por intermédio de clubes desportivos, instalações recreativas e palestras sobre educação familiar, sempre com a intenção de reforçar a monogamia heterossexual como a forma normativa de expressão sexual. Esse processo de normalização da heterossexualidade, em um momento de grande pressão para manter a ordem capitalista, não se limita a uma política familiar. Adams sugere que a construção de um inimigo comum, seja o comunismo, os gays ou os imigrantes, é uma estratégia habitualmente usada pela extrema-direita para desviar a culpa das desigualdades e das crises econômicas, transformando minorias ou projetos políticos revolucionários em alvos para descontentamentos sociais. Isso se configura como uma tática fascista, que visa aprofundar as contradições do capitalismo e fortalecer as estruturas de opressão, ao mesmo tempo em que oferece falsas soluções para problemas estruturais e globais.

Iacovetta (2004) complementa essa análise, apontando que o pânico moral sobre a sexualidade nos anos pós-guerra foi amplificado por especialistas, a polícia e os meios de comunicação. A homossexualidade foi associada à criminalidade e à patologia, uma construção que visava reforçar a ideia da heterossexualidade

como padrão normativo. Essa demonização das sexualidades não normativas está conectada a uma agenda política maior, que envolvia a propagação do anticomunismo como política externa e a defesa da ordem social capitalista, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá. A ideia de contenção doméstica na conjuntura da Guerra Fria, que exigia uma sexualidade restrita ao âmbito privado e monogâmico, também foi um mecanismo de controle político, servindo para proteger o modelo de família nuclear branca e de classe média. Essa ideologia familiar foi uma das estratégias para combater as ameaças internas, como as pessoas queer, refugiadas e socialistas, e garantir que as desigualdades estruturais do capitalismo se perpetuassem. Conforme Carbone (2024), a masculinidade é utilizada como instrumento de defesa da identidade nacional e de valores considerados tradicionais e conservadores, algo notável na experiência recente do bolsonarismo no Brasil.

No Brasil, durante o período ditatorial-empresarial-militar-heteronormativo, a imposição de um moralismo ultraconservador também se traduziu em repressão às dissidências de sexo-gênero (Memórias da Ditadura, s.d.; Quinalha, 2021). No regime militar, a discriminação contra as minorias sexuais foi sistemática e se refletiu em diferentes esferas da sociedade, incluindo o ambiente de trabalho. A “Comissão de Investigação Sumária”, criada em 1969 no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), foi um exemplo de como a repressão à homossexualidade se inseriu no aparato do Estado. Outra forma de perseguição foi a “Operação Tarântula”, que visava caçar identidades transfemininas. A diversidade de sexualidade e gênero foi associada ao comunismo e apresentada como uma ameaça à ordem social e religiosa, utilizando o medo da revolução como justificativa para fortalecer um regime capitalista e patriarcal. A relação entre sexualidade e segurança nacional, como demonstra Iacovetta (2004), serve para entender como as elites dominantes fomentaram pânicos morais para reforçar as hierarquias de gênero e raça, garantindo que as estruturas de poder capitalistas e heteronormativas se mantivessem intactas.

3 Amor e liberdade se tornam esquecimentos, memória é consciência crítica: disputando as narrativas do império

Freedom, 'I'dom, 'Me'dom
Where's your 'We'dom?
This world needs a brand new 'Re'dom
We'dom - the key
We'dom the key'dom to life!
Let's be 'dem
We'dom smart phones
Don't be dumb!

(...)

Borders (What's up with that?)
Politics (What's up with that?)
Police shots (What's up with that?)
Identities (What's up with that?)
Your privilege (What's up with that?)
Broke people (What's up with that?)
Boat people (What's up with that?)
The realness (What's up with that?)
The new world (What's up with that?)

(...)

Queen (What's up with that?)
Killing it (What's up with that?)
Slaying it (What's up with that?)
Your goals (What's up with that?)
Being bae (What's up with that?)
Making money (What's up with that?)
Breaking internet (What's up with that?)
Love wins (What's up with that?)
Living it (What's up with that?)
Being real (What's up with that?)

(M.I.A – Borders).

A retórica imperialista, ao defender que a intervenção externa é necessária para garantir direitos humanos, segue um padrão que se baseia no mesmo discurso que justifica a opressão em nome

do “bem”. Um exemplo claro disso é o uso da família e da moralidade como valores que justificam a imposição de certos modelos de sociedade sobre povos considerados atrasados ou bárbaros. No caso da política externa ocidental, o imperialismo utiliza esses valores como a base de sua ação, sob a alegação de que está promovendo a democracia, o bem-estar e a civilização (Said, 2011).

A instrumentalização da retórica dos direitos humanos por países ocidentais, como Estados Unidos, Reino Unido e França, para justificar intervenções militares que atendem a interesses geopolíticos e econômicos próprios, é amplamente documentada (Conklin, 1998; Rahman, 2014; Heaphy, 2024). Exemplos notáveis incluem as intervenções no Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria, nas quais a alegação de defesa dos direitos humanos serviu como pretexto para operações militares que resultaram em desestabilização regional e sofrimento humano (Glaser, 2006; Acharya, 2007; Ngirane, 2013; Samiei; Webster, 2023).

Núñez (2023) aponta que o verdadeiro exercício de descolonização envolve desconfiar de conceitos como amor, família e caridade, que muitas vezes estão por trás das justificativas para violência. O problema é que, em nome do “bem”, se perpetuam práticas de controle e dominação, como as tentativas de impor modelos familiares heteronormativos e monogâmicos, como se fossem universais, enquanto marginalizam as alternativas culturais e sociais que existem fora desse padrão.

Eng, Halberstam e Muñoz (2005) observam que o avanço do neoliberalismo e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social têm direcionado os estudos queer a abordar questões estruturais de poder, especialmente no panorama da política externa e do imperialismo dos Estados Unidos. A militarização da violência estatal na “Guerra ao Terror” e a patologização de imigrantes e populações racializadas como “terroristas” ou “criminosas” refletem formas de controle de cidadania e imigração, enquanto o discurso de uma era “pós-identitária” e “pós-racial” obscurece essas práticas. Nesse cenário, a liberdade é redefinida pelo liberalismo como adesão a normas de casamento, domesticidade e valores familiares, silenciando debates sobre justiça social e econômica. Puar (2007) complementa essa análise ao destacar

que a inclusão de alguns sujeitos queer no Estado-nação por meio de medidas como o casamento gay serve, paradoxalmente, para reforçar a exclusão de corpos orientalizados, considerados ameaças. Dessa forma, em países como os EUA, as ideologias homonormativas se somam às heteronormativas, criando divisões entre cidadãos “bons” – heterossexuais ou homossexuais que se conformam a padrões raciais e de classe – e os “outros”, como muçulmanos e árabes, que permanecem sujeitos à vigilância e exclusão.

Durante o novo estágio de genocídio e limpeza étnica do povo palestino promovido por Israel, em outubro de 2023, seguem constantes as retóricas que invocam a defesa dos direitos LGBTQIA+ e da democracia como forma de disfarçar os interesses políticos e econômicos ligados à colonização da Palestina. Em Gaza, viralizou uma foto de um soldado israelense levantando uma bandeira do orgulho “em nome do amor”, exemplificando o uso do pink-washing para justificar a violência sionista (Dabbous, 2023).

A indiferença dos países ocidentais frente ao genocídio em curso na Palestina expõe a hipocrisia de suas supostas defesas dos direitos humanos. Enquanto clamam ser guardiões de princípios universais, esses mesmos Estados permanecem inertes, ou até mesmo colaboram ativamente, com a colonização brutal promovida por Israel. O bloqueio contínuo que sufoca a população palestina não desperta qualquer reação significativa. A propaganda gay de guerra não se importa com a existência de dissidências sexuais palestinas. Bombardeios constantes e a violência militar necessária para manter a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza são encarados com indiferença, sem incitar qualquer reflexão ética ou pesar genuíno. Para o Ocidente liberal, o horror só é invocado quando as vítimas são identificadas com o colonizador ou com aqueles que se encaixam em suas narrativas de civilidade. As atrocidades sofridas pelo povo palestino não comovem esses observadores da mesma forma, o que sugere uma aplicação desigual de critérios e um alinhamento sistemático com a ordem colonial existente. Essa regularidade na indiferença não é um acaso; é um reflexo de como os sentidos de justiça e direitos são distribuídos de forma desigual. A resistência palestina é, então, vista como um incômodo a ser eliminado para que a ordem colonial

seja restaurada. Em última instância, parece haver um desejo velado de que a resistência simplesmente desapareça, para que o incômodo político cesse e o status quo colonial seja mantido, reforçando uma lógica de obliteração que visa apagar qualquer forma de insurgência contra o colonialismo.

Quando Horkheimer e Adorno (1993) afirmam que a reificação é um esquecimento, referem-se ao processo pelo qual as relações sociais são tratadas como naturais ou imutáveis, em vez de serem vistas como construções humanas. A reificação apaga a consciência crítica sobre o caráter político e histórico das relações, fazendo com que as pessoas se tornem alienadas e incapazes de perceber que as estruturas podem ser modificadas. Em consonância, Krenak (2020) lembra que a memória é a consciência crítica. Neste sentido, as intervenções “humanitárias” e genocídios promovidos pelo Norte Global devem ter suas égides sobre amor, liberdade e direitos humanos confrontadas e disputadas.

Para romper com a lógica da ordem internacional vigente, Esmeir (2023) sugere que nós, aqueles que não se alinham aos interesses dos Estados, deixem de buscar validação dentro do discurso colonial dominante, abandonando suas reivindicações e conceitos. Assim seria possível imaginar e construir uma nova forma de vida que desafie a dominação colonial sobre a terra, rejeite fronteiras artificiais e as condições de confinamento impostas para sustentar as colônias. Esse compromisso com uma vida que ultrapasse a territorialização exige mudanças radicais na economia, na linguagem, na política e na ética, rompendo com a cartografia colonial e o sistema de Estados internacional que legitimam o controle e a violência.

No entendimento em que os direitos humanos são amiudadamente associados ao Ocidente, alguns Estados do Sul Global, como Gana, têm recentemente adotado leis anti-LGBTQIA+ sob uma retórica homofóbica que, em certos casos, é apresentada como resistência à hegemonia cultural ocidental (Atiah, 2024). No entanto, grande parte dessa homofobia institucional é uma herança direta do colonialismo europeu, o que adiciona camadas de complexidade ao debate. Novas pesquisas podem explorar essas nuances, pois trata-se de uma questão extremamente delicada: o Ocidente pode,

paradoxalmente, utilizar essas políticas anti-queer como pretexto para justificar intervenções imperialistas e perpetuar projetos racistas sob a bandeira dos direitos humanos (Ali, 2017).

4 Considerações finais de uma teorização transviada

Abolição da família! Até os mais radicais se inflamam com essa proposta infame dos comunistas. Em que fundamento se baseia a família atual, a família burguesa? No capital, no ganho privado. Em sua forma completamente desenvolvida, essa família existe apenas entre a burguesia. Mas esse estado de coisas encontra seu complemento na ausência prática da família entre os proletários e na prostituição pública. A família burguesa desaparecerá naturalmente quando seu complemento desaparecer, e ambos desaparecerão com o desaparecimento do capital. Você nos acusa de querer impedir a exploração de crianças por seus pais? Por esse crime nos declaramos culpados (Marx; Engels, 1848, online, tradução própria).

A teoria queer nas RI, quando explorada, é corriqueiramente despolitizada e desvinculada de análises estruturais marxistas, limitando seu impacto crítico. Isso resulta em uma disciplina que privilegia explicações normativas ou liberais, enquanto gentrifica enfoques que poderiam desestabilizar os regimes e ideias dominantes estabelecidos, especialmente aquelas relacionadas ao capitalismo global. Portanto, a resistência à incorporação de uma Teoria Internacional Marxista Queer reverbera um conservadorismo epistemológico e um interesse em manter a disciplina alinhada com o status quo socioeconômico, o que é particularmente visível no contexto brasileiro, no qual o Marxismo Queer ainda é incipiente nas Ciências Sociais contemporâneas.

No campo internacionalista, o Marxismo Queer pode oferecer uma crítica pertinente fomentando o debate sobre a interseção entre imperialismo, políticas de direitos humanos e sexualidade. Para além da integração dos direitos LGBTQIA+ como um testemunho de progresso ocidental, há uma necessidade de questionar como essas mesmas políticas de direitos humanos são usadas

para justificar intervenções imperialistas e reforçar a dominação global. Por exemplo, o impulso por direitos como o casamento gay pode, paradoxalmente, convergir com a promoção conservadora de valores familiares tradicionais, ao invés de desafiá-los.

Uma abordagem queer marxista nas RI transcende as questões de como gênero e sexualidade são utilizadas para consolidar a hegemonia neoliberal. É pertinente ponderar como os Estados constroem sua autoimagem e projeto nacional com preceitos heterossexistas. Neste seguimento, propõe-se uma crítica à forma como conceitos de liberdade e direitos são moldados para servir aos interesses do capital, do heteropatriarcado e da geopolítica ocidental. Com as discussões sobre raça, classe, migração e pertencimento nacional, essa abordagem pode tensionar as múltiplas camadas de opressão que sustentam o sistema-mundo capitalista, propondo alternativas radicais que ultrapassem o paradigma da inclusão liberal e da democracia representativa.

A análise histórica da homofobia como política de Estado durante a Guerra Fria revela que, naquele período, as sexualidades dissidentes, frequentemente associadas ao comunismo, eram ativamente reprimidas por serem vistas como ameaças à ordem social capitalista, familiar e patriarcal. Contudo, com o passar das décadas, observamos uma mudança nas estratégias do Estado-nação: a mesma sexualidade queer que foi alvo de perseguição passou a ser, em certos cenários, incorporada e instrumentalizada por meio do homonacionalismo. Esse fenômeno demonstra que o Estado pode, de forma oportunista, assimilar sujeitos LGBTQIA+ que se conformam aos valores neoliberais, promovendo uma aceitação seletiva enquanto marginaliza corpos racializados e sexualidades não higienizadas. Essa falsa aceitação representa uma tática de controle que preserva a economia vigente, utilizando a inclusão de determinados homossexuais como fachada para uma política de exclusão mais ampla. É preciso que a comunidade LGBTQIA+, especialmente os homens gays, rejeite essa assimilação neoliberal e resgate sua tradição histórica de resistência. Precisamos nos lembrar de nossa atuação como corpos subversivos e terroristas que historicamente ameaçaram as estruturas da família, da segurança nacional e internacional e da reprodução do sistema de Estados westfaliano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira; CASTRO, Bárbara. Marxismos, feminismos, queer e sexualidades – Parte I. **Crítica Marxista**, v. 26, n. 48, p. 89-107, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19028/13551>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ACHARYA, Amitav. State sovereignty after 9/11: Disorganised Hypocrisy. **Political Studies**, v. 55, n. 2, p. 274-296, 2007. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9248.2007.00664.x>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ADAMS, Mary. Margin Notes: Reading Lesbianism as Obscenity in a Cold War Courtroom. In: CAVELL, Richard. (ed.). **Love, Hate, and Fear in Canada's Cold War**. Toronto: University of Toronto Press, 2004, p. 135-158.

ADORNO, Theodor. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ALI, Muna-Udbi A. Un-mapping gay imperialism: A postcolonial approach to sexual orientation-based development. **Reconsidering Development**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://pubs.lib.umn.edu/index.php/reconsidering/article/view/907>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ALTMAN, Dennis. **Homosexual: Oppression and Liberation**. Australia: University of Queensland Press, 2012.

ARRUZZA, Cinzia. Gênero como temporalidade social: Butler (e Marx). **Crítica marxista**, v. 26, n. 49, p. 77-99, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19025>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, n. 1, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ATIAH, Karen. Ghana's draconian anti-gay bill reflects colonial values. **Washington Post**, 14 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/2024/03/14/ghana-gay-bill-colonial-legacy>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BUTLER, Judith. O que é marxismo queer?. **TV Boitempo**. YouTube, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=paDyCagIvUQ>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BUTLER, Judith. Merely Cultural. **Social Text**, n. 52/53, p. 265-277, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/466744>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARBONE, Beatriz Junqueira Lage. An unlikely coalition to defend the nation and banish “gender ideology” from Brazilian schools. **Journal of Lesbian Studies**, p. 1-25, 2024. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10894160.2024.2304399>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CONKLIN, Alice L. Colonialism and Human Rights, A Contradiction in Terms? The Case of France and West Africa, 1895-1914. **The American Historical Review**, v. 103, n. 2, p. 419-442, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2649774>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298810100020501#tab-contributors>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá, D.C.: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.

D'EMILIO, John. Capitalism and Gay Identity. In: SNITOW, Ann; STANSELL, Christine; THOMPSON, Sharon (Eds.). **Powers of Desire**: The Politics of Sexuality. New York: Monthly Review Press/NYU Press, p. 100-1134, 1983.

DABBOUS, Rayyan. In Gaza, a photo of Israeli soldier raising a pride flag 'in the name of love' goes viral, 'pinkwashing' a war. **The Conversation**, 2023. Disponível em: <<https://theconversation.com/in-gaza-a-photo-of-israeli-soldier-raising-a-pride-flag-in-the-name-of-love-goes-viral-pinkwashing-a-war-218322>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

DAVIDSON, Neil. Nationalism and Neoliberalism. **Variant**, v. 32, p. 36-38, 2008. Disponível em: <https://strathprints.strath.ac.uk/27178/1/Nations_and_Neoliberalism.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DAVIS, Angela. Sobre a Palestina, a G4S e o complexo industrial-prisional. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 57-64.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCKER, Peter. La fragmentation des identités LGBT à l'ère du néolibéralisme. **Période**, 2014. Disponível em: <http://revueperiode.net/la-fragmentation-des-identites-lgbt-a-lerre-du-neoliberalisme/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

DRUCKER, Peter. Queer Marxism. **Historical Materialism**, Reading Guides, 2017. Disponível em: <<https://www.historicalmaterialism.org/queer-marxism-peter-drucker/>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

DRUCKER, Peter. The New Sexual Radicalism. **Against the Current**, n. 146, p. 23-28, 2010. Disponível em: <<https://againstthecurrent.org/atc146/p2803/>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

DRUCKER, Peter. **Warped**: Gay Normality and Queer Anti-Capitalism. Leiden/Chicago: Brill/Haymarket, 2015.

ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban. Introduction - What's Queer about Queer Studies Now?. **Social Text**, v. 23, n. 3-4 (84-

85), p. 1-17, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/01642472-23-3-4_84-85-1>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

ESMEIR, Samera. Dizer e pensar uma vida além do que o colonialismo de assentamento fez. **Editora Tabla**, 2023. Disponível em: <<https://blog.editoratabla.com.br/dizer-e-pensar-uma-vida-alem-do-que-o-colonialismo-de-assentamento-fez/>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FALQUET, Jules. A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais. **Crítica Marxista**, v. 26, n. 48, p. 127-145, 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19069/13570>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FARRIS, Silvia. The Intersectional Conundrum and the Nation-State. **Viewpoint Magazine**, v. 4, 2015. Disponível em: <<https://viewpointmag.com/2015/05/04/the-intersectional-conundrum-and-the-nation-state/>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEINBERG, Leslie. **Trans Liberation: Beyond Pink or Blue**. Boston: Beacon Press, 1998.

FERNBACH, David. **The Spiral Path: A Gay Contribution to Human Survival**. London: Gay Men's Press, 1981.

FLOYD, Kevin. **The Reification of Desire: Toward a Queer Marxism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

FLOYD, Kevin. Lukács and Sexual Humanism. **Rethinking Marxism**, v. 18, n. 3, p. 397-403, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08935690600748108>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

FLOYD, Kevin. Making History: Marxism, Queer Theory, and Contradiction in the Future of American Studies. **Cultural Critique**, v. 40, p. 167-201, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354471>. Acesso em: 9 nov. 2024.

FRASER, Nancy. **Destinos do Feminismo: do Capitalismo Administrado Pelo Estado à Crise Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2024.

GLASER, Daryl. Does hypocrisy matter? The case of US foreign policy. **Review of International Studies**, v. 32, n. 2, p. 251-268, 2006. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/does-hypocrisy-matter-the-case-of-us-foreign-policy/930F8B7A30D171751926B59A9BAE1531>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

HEAPHY, Janina. When identity meets strategy: The development of British and German anti-torture policies since 9/11. **Cooperation and Conflict**, v. 59, n. 1, p. 66-85, 2024. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/00108367231184723>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

HENNESSY, Rosemary. Queer Theory, Left Politics. **Rethinking Marxism**, v. 7, n. 3, p. 85-111, 1994. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08935699408658114>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialectic of Enlightenment**. New York: Continuum, 1993.

IACOVETTA, Franca. Freedom Lovers, Sex Deviates, and Damaged Women: Iron Curtain Refugee Discourses in Cold War Canada. In: CAVELL, Richard. (Ed.). **Love, Hate, and Fear in Canada's Cold War**. Toronto: University of Toronto Press, 2004, p. 77-107.

KAYAOGLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory. **International Studies Review**, v. 12, n. 2, p. 193-217, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40730727>. Acesso em: 03 fev. 2024.

KINSMAN, Gary. The Canadian Cold War on Queers: Sexual Regulation and Resistance. In: CAVELL, Richard. (Ed.). **Love, Hate, and Fear in Canada's Cold War**. Toronto: University of Toronto Press, 2004, p. 108-132.

KRENAK, Ailton. Vozes da Floresta. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJlh1os4w>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LEWIS, Holly. **The Politics of Everybody: Feminism, Queer Theory and Marxism at the Intersection**. London: Zed, 2016.

LIU, Petrus. Queer Theory and the Specter of Materialism. **Social Text**, v. 38, n. 4, p. 25-47, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/01642472-8680426>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

LIU, Petrus. **Queer Marxism in Two Chinas**. Durham: Duke University Press, 2015.

LUKÁCS, Georg. **History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1972.

MARCUSE, Herbert. **Eros and Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud**. Boston: Beacon Press, 1966.

MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society**. Boston: Beacon Press, 1964.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Chapter II: Proletarians and Communists. In: **The Communist Manifesto**. Marxists.org, 1848. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/communist-manifesto/ch02.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. LGBT. [s.d.]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MIELI, Mario. **Por um comunismo transexual**: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

NGUIRANE, Cheikh. Stories behind the western-led humanitarian intervention in Libya: A critical analysis. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 7, n. 3, p. 154-163, 2013. Disponível em: <<https://hal.univ-antilles.fr/hal-02903336>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NOYÉ, Sophie. Por um feminismo materialista e queer. **Crítica Marxista**, v. 26, n. 48, p. 147-163, 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19070>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: Experimentações sobre outras formas de amar. Paidós. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PETERSON, V. Spike. Family Matters: How Queering the Intimate Queers the International. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 604-608, 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24758506>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAHMAN, Momin. Queer Rights and the Triangulation of Western Exceptionalism. **Journal of Human Rights**, v. 13, n. 3, p. 274-289, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14754835.2014.919214>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

REBUCINI, Gianfranco. Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. **Crítica Marxista**, v. 26, n. 48, p. 109-125, 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19068/13569>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAMIEI, Mohammad; WEBSTER, Janice. Hypocrisy & Norm Enforcement: US Responses to Chemical Weapons Allegations against Iraq and Syria. **Middle East Critique**, v. 32, n. 3, p. 323-345, 2023. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19436149.2023.2226886>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SEARS, Alan. Queer Anti-Capitalism: What's Left of Lesbian and Gay Liberation?. **Science and Society**, v. 69, n. 1, p. 92-112, 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40404230>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SEARS, Alan. Queer in a Lean World. **Against the Current**, n. 89, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/newspape/atc/965.html>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

STEVENS, Jacqueline. **Reproducing the State**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-2478.00060>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VAN MILDERS, Lucas. Stupid International Relations. **European Review of International Studies**, v. 11, n. 1, p. 1-35, 2024. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/eris/11/1/article-p1_001.xml>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: Positivism and Beyond**. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 87-107.

WEBER, Cynthia. Why is there no Queer International Theory?. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 1, p. 27-51, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066114524236>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

WIGHT, Martin. Why is there no International Theory?. **International Relations**, v. 2, n. 1, p. 35-48, 1960. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/004711786000200104>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

WILCOX, Lauren. Queer Theory and the "Proper Objects" of International Relations. **International Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 612-615, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/misr.12187>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.